

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.714 - SP (2019/0312359-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **LUAN JESUS DA SILVA (PRESO)**
ADVOGADOS : **RAUL CARVALHO NIN FERREIRA - DEFENSOR PÚBLICO -**
SP267262
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÕES CRIMINAIS - Roubo majorado tentado e Corrupção de menores Artigo 157, § 2º, inciso II, c. c. Artigo 14, inciso II, do Código Penal e artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1. RECURSO DEFENSIVO - Autoria e materialidade comprovadas - Palavra das vítimas - Relevância - Reconhecimento pessoal - Palavra dos policiais militares - Validade - Precedentes - Confissão do acusado que restou corroborada pelos demais elementos de convicção - Insubsistente a alegação de insuficiência probatória - Absolvição do delito de corrupção de menores - Descabimento - Delito de natureza formal - Prescindível a prova da efetiva e posterior corrupção do menor - Crime configurado apenas com a participação do inimputável na empreitada criminosa juntamente com maior - Condenação mantida - Reconhecimento do concurso formal entre os delitos - Impossibilidade - Ações distintas perpetradas derivadas de desígnios autônomos - Contudo, de rigor a redução da pena na terceira fase de dosimetria penal - Em se tratando de concurso de causa de aumento de pena prevista na Parte Especial e causa de diminuição prevista na Parte Geral, deve-se aplicar ambas - Tal aplicação resultará na redução da pena do réu - APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

2. RECURSO MINISTERIAL - Fixação de regime inicial fechado Necessidade Em razão dos fatos in concreto, sobretudo a violência extremada e a comparsaria de adolescente, demonstrando-se insuficiente a imposição de regime mais brando - APELO PROVIDO. (e-STJ fl. 266)

Superior Tribunal de Justiça

Aponta a defesa a violação do art. 70 do Código Penal, insurgendo-se, em síntese, contra o reconhecimento do concurso material de crimes, argumentando ser "impossível considerar a ação da prática do delito do art. 244-B descolada da ação da prática do delito do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal." (e-STJ fl. 306)

Admitido o apelo raro na origem, os autos vieram a esta Corte.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso às e-STJ fls. 325/327.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao apelo ministerial para fixar o regime fechado e deu parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a pena do recorrente para 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pelo cometimento dos crimes dos arts. 157, § 2º, II, c/c o 14, II, do CP e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O recorrente se insurge contra o reconhecimento do concurso material de crimes, argumentando ser impossível considerar a ação da prática do delito do art. 244-B do ECA, descolada da ação da prática do delito do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal.

Sem razão, porquanto em conformidade com o art. 69 do Código Penal, haverá concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

No caso em tela, consta da sentença de e-STJ fl. 145 que "o agente, **mediante mais de uma ação**, praticou crimes, não idênticos..."

Se a instância ordinária reconheceu a ocorrência de condutas

Superior Tribunal de Justiça

autônomas que concorreram para a prática de delitos de natureza diversa - tentativa de roubo majorado e corrupção de menor -, a via eleita é inadequada à mudança desse entendimento, por demandar necessário revolvimento do conjunto fático-probatório (*ut*, HC 490.942/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 08/04/2019)

Ainda nessa mesma linha: HC 335.220/SP, desta Relatoria,, DJe 29/06/2018 e HC 427.965/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 20/03/2018.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, IV, do CPC, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator